

A importância dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa: a história das salas de cinema na cidade de Vitória (1901-1985)

André Malverdes

malverdes@gmail.com

Rua Mauro Miranda Madureira, 85 / ap.202, Segurança do Lar

29.072-395 Vitória-ES Brasil

Arquivista da Prefeitura Municipal de Serra

Presidente da Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo AARQUES

Secretário da Associação Nacional de História Regional Espírito Santo ANPUHES

Diretor da Sociedade Brasileira da Gestão do Conhecimento SBGC-ES

Mestre em História Social das Relações Políticas

Especialista em História Social do Brasil

Arquivista e Historiador

Tel: (5527) 3317-1684 / 9907-5955

Sesiones de Comunicaciones Libres

Este trabalho pretende demonstrar a importância dos arquivos pessoais e da história oral na construção da historiografia local. Através dessa metodologia foi possível traçarmos um itinerário da relação das salas de cinema com o espaço urbano e cultural no bairro do Centro na cidade de Vitória, no estado do Espírito Santo, no Brasil, no período compreendido entre 1901 e 1985. Durante a pesquisa destacamos a importância do cinema como prática social, cuja contribuição foi marcante tanto no hábito urbano dos moradores de Vitória quanto para a história das salas de cinema e o entendimento do encerramento das mesmas no período em questão.

Entre 1907 e 1985, abriram mais do que 30 salas de cinema na cidade de Vitória, ES e as outras municipalidades que compõe a área conhecida como Grande Vitória. Num fenômeno, que se repetiu no país inteiro, estas salas foram fechando gradualmente até 19xx quando restaram apenas 2 salas, promovendo uma onda de esvaziamento de salas de cinema, cujas origens se encontram numa série de fatores sociais e econômicos, entre eles a concorrência da televisão e as políticas da Embrafilme, Empresa Brasileira de Filme, o órgão do Ministério da Cultura responsável por gerenciar a produção, distribuição e exibição dos filmes nacionais e internacionais. Uma dessas políticas tratava do número de dias por ano que uma sala deveria exibir filmes nacionais, independente do gênero, estilo ou qualidade destes filmes. Entre os gêneros produzidos pelo cinema nacional estavam as “porno-chanchadas”, filmes de baixa qualidade técnica e artística com cenas leves de erotismo e nudez. Apesar de a produção nacional ser composta de muito mais que este gênero erótico, “produção nacional” veio a ser considerado equivalente a “porno-chanchadas” e estes filmes tornaram - se os vilões, os principais culpados para a queda da bilheteria nessa época. Neste trabalho examinamos os motivos, reais e supostos, pelo progressivo fechamento desses centros de difusão cultural, especificamente na Grande Vitória, nas décadas de 1970 e 1980.

Nosso interesse pela razão do fechamento destas salas de cinema foi aguçado por uma entrevista com o Sr. Marcelo Abaurre, ex - proprietário de várias salas na cidade de Vitória, e a revelação do acervo relevante que pertence à sua família. Considerando, que no momento da exibição da entrevista existiam somente os “multiplex” dos shoppings centers e os do centro da cidade,

ficamos curiosos para saber o que de fato havia acontecido para encerrar uma era de cinema tão rica quanto descrita pelo Sr. Abaurre e, com um interesse específico no arquivamento da história do estado, o que veio acontecer com aquele seu acervo, o acervo das outras salas e seus ex-proprietários. Uma investigação posterior no livro de Fernando Tatagiba, *História do Cinema Capixaba*, estimulou mais ainda nossa vontade de pesquisar a trajetória destas salas.

Além disso, era preciso conhecer o papel da pornochanchada que se mostrou de particular importância, já que pelo nosso levantamento quantitativo, o gênero não ocupou a maioria das salas de cinema. Seria necessário entendermos a relação entre a tipologia dos filmes nacionais e o esvaziamento das salas pelo grande público. A literatura sobre a História do Cinema no Brasil e as estatísticas mostra que o fechamento das salas foi um efeito nacional. Então procuramos analisar esse fenômeno dentro do contexto nacional a partir das salas cinematográficas do Centro de Vitória e as influências do encerramento das atividades das mesmas para a sociabilidade e transformações do Centro.

Para o desenvolvimento do trabalho foram elaborados dois tipos de pesquisa: um levantamento de dados em acervos variados e entrevistas orais com pessoas interessadas. Infelizmente, não contamos com o acesso ao acervo que poderia trazer a mais completa história do cinema nesta época – o acervo da Embrafilme. Este material abrange toda a documentação do cinema brasileiro desde a década de 1930, constatando todos os registros de filmes que foram exibidos no país, os processos relativos à produção de filme e os borderôs¹ das salas de exibição das décadas de 70 e 80.

[O acervo da Embrafilme] poderia suceder uma compreensão mais efetiva da política cinematográfica dos anos 70 no âmbito estatal. (AMÂNCIO, 2000, p.13).

O acesso a essa documentação seria o ideal para avaliação dos filmes exibidos durante o período pesquisado e mais importante, os números das bilheterias e o filme exibido. Porém de acordo com a Assessoria de Comunicação da Agência Nacional de Cinema (ANCINE) – via internet –, o Sr. Antônio Augusto, no mês de novembro do ano de 2004, o acervo encontrava-se no subsolo do prédio do Ministério da Cultura em Brasília, em adiantado processo de recuperação para ser disponibilizado ao público, mas ainda não se encontra disponível para pesquisa.

A responsável pelo trabalho de organização do acervo da Embrafilme é a Fundação de Empreendimentos Científicos e Tecnológicos – FINATEC, entidade vinculada à Universidade de Brasília e está sob a orientação do Arquivo Nacional que ainda irá receber o acervo para liberação a consulta. O Arquivo Nacional não aprovou o plano de classificação da FINATEC e o acervo encontra-se indisponível em Brasília. Por isso tivemos que optar por outras fontes como periódicos, entrevistas a ex-proprietários das salas e seus e acervos pessoais. Como alternativa para o levantamento dos filmes exibidos, utilizamos o jornal A Gazeta entre 1979 e 1985, para avaliarmos o gênero de filme que predominava durante esses sete anos que foi marcado pelo esvaziamento do público das salas [tabela 1].

Tabela Filmes exibidos no Espírito Santo (1979-1985)

Gênero do filme	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	Total
Aventura	360	200	167	175	148	119	112	1.281
Comédia	31	19	26	30	42	35	48	231
Desastre	3	5	1	1	-	-	-	10

¹ Documento que era obrigatório em toda casa de espetáculo, onde se registrava a programação, horário, bilheteria, etc.

Desenho	9	1	1	1	3	2	-	17
Documentário	5	3	9	-	1	4	1	23
Drama	30	33	16	16	21	24	13	153
Faroeste	30	26	19	8	10	2	1	96
Ficção	6	7	5	6	2	5	10	41
Musical	5	9	10	4	5	14	7	54
Policial	10	3	4	3	4	7	7	38
Pornochanchada	90	78	66	100	75	100	16	525
Suspense	12	1	-	2	5	6	4	30
Terror	4	7	4	6	5	10	7	43
Sem Classificação	3	25	8	24	5	15	1	81
Curta-metragem	-	-	5	10	2	-	-	17
Pornô	-	-	-	-	-	-	83	83
Total 2	598	417	341	386	328	343	310	2.723
Total de salas no ES	30	28	24	19	20	17	15	
Total de salas em Vitória	10	9	8	5	5	5	4	

Fonte: Dados obtidos num levantamento do Jornal A Gazeta, Caderno Dois (1979-1985).

No que diz respeito à fonte oral, consideramos o caráter singular de toda memória e a forma como esta se constrói a partir do olhar do presente que fazem cada entrevista ter um significado muito próprio. Ou seja, toda entrevista tem sempre como objeto algum aspecto do passado que se deseja resgatar. Para Paul Thompson (1992, p.137) a evidência oral pode levar ao conhecimento sobre o modo de vida de um grupo e sobre a experiência de determinadas técnicas dando ao pesquisador algo mais fundamental do que simplesmente o conhecimento extraído de fontes escritas, principalmente quando escritas de forma oficial. Segundo ele:

(...) enquanto os historiadores estudam os atores da história à distância, a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção.

A necessidade da fonte oral fica então caracterizada pelo autor na medida em que:

A evidência oral, transformando os “objetos” de estudo em “sujeitos”, contribui para uma história que não só é mais rica mais viva e mais comovente, mas também ‘mais verdadeira’.

Mas tudo isso não significa que uma pessoa tem que ter vivido um grande número de acontecimentos para ser um bom narrador.

Muitas vezes estão nos detalhes as maiores riquezas do depoimento. Essas memórias são a matéria da história e podem vir à tona através de estímulos diretos, que geralmente denominamos de memória voluntária. Por isso, durante as entrevistas sempre apresentamos fotografias, reportagens e informações a fim de avivar as lembranças dos entrevistados. Assim, optamos por entrevistas dos ex-proprietários com perguntas abertas considerando que durante a entrevista outras lembranças poderiam vir à tona.

Levamos em consideração que as áreas centrais de diferentes realidades apresentam uma importância no contexto urbano onde está associada, sobretudo no que diz respeito ao seu desenvolvimento histórico, territorial e social. Para Freitas, por exemplo, as duas vertentes que giram em torno da questão referentes aos centros urbanos são as noções de função integradora e sua função simbólica. Para o autor:

Na primeira se baseia em relações funcionais definidas tanto pelas atividades que esse tipo de área urbana abriga como pelo conjunto social, este caracterizado pela variedade de grupos e classes que dela se utilizam. A segunda função refere-se aos significados e imagens, de aspectos tanto lúdicos quanto depreciativos, que a população atribui a seus espaços de uso coletivo (2002, p.11).

Cabe lembrar que o poder sempre fez um uso simbólico do centro e, portanto, era aí que se localizavam as salas de cinema, os templos, os monumentos e os espaços coletivos. Na análise do Abe (1997, p.37), o modelo do urbanismo europeu assim configurava as suas cidades, e a burguesia ascendente procurou inicialmente a proximidade do centro para garantir o seu espaço no grupo dominante. A transformação dos Centros das cidades era modificada em busca do embelezamento para contrapor com o subalterno, o periférico, e assim marcar a hegemonia dos que ali habitavam. Segundo o autor, esse fenômeno ocorreu no Brasil até a década de 50, quando as classes dirigentes começaram a se deslocar, inicialmente para áreas próximas a área central, e a partir da década seguinte para áreas mais periféricas.

Segundo Lefèbvre (1972, p.164), a realidade urbana e a cidade seriam o lugar:

(...) por excelência onde se desenrolam os ciclos de re-produção, mais amplos e mais complexos que o da produção, nele inscritos. Em especial, a reprodução das relações (capitalistas) de produção implica a reprodução da divisão do trabalho, ou seja, das separações do interior da divisão do trabalho e entre a divisão técnica (nas unidades de produção) e a divisão social (no mercado).

A este respeito, Campos Jr. (2002, p.45) argumenta que as funções urbanas do Centro de Vitória basicamente não mudaram até o início da década de 50. “A cidade se manteve comercial prestadora de serviços e como sede político-administrativa do governo estadual”. Para o autor nem os investimentos públicos feitos a posteriori no Centro de Vitória, mudaram as funções urbanas da cidade. Ao contrário, esses investimentos reforçaram o seu papel central e alargaram a sua influência territorial. A cidade passa por modificações físicas e estéticas, mas não funcionais.

Porém, a partir da década de 50, as áreas do centro e da periferia se diferenciaram cada vez mais. Para Villaça, esta bipartição da cidade é o reflexo de uma sociedade dividida em classes sociais legitimadas pelo Estado, completando um quadro de condicionantes político-econômicas da estruturação do ambiente que retrata os conflitos e as segregações espacialmente configurados. Contudo, a explicação que se dá é que o centro envelheceu, deteriorou - se, etc. De acordo com o autor são idéias que procuram atribuir as causas ao fenômeno que não é causa, mas sim efeito do abandono pela classe dominante (apud, ABE, 1997).

Abe (1997), explica, entretanto, que um argumento sobre o envelhecimento do Centro não se sustenta, tendo em vista que as cidades até recentemente se renovaram e se reconstruíram modificando a sua estrutura urbanística e arquitetônica. Contudo, no caso do Centro de Vitória, enquanto se verifica a queda da diminuição de áreas construídas de lojas e escritórios, os imóveis vão se tornando obsoletos mal conservados e conseqüentemente sofrendo desvalorização. Com

isso, o Centro antigo vai dando acesso às camadas economicamente menos favorecidas, que dessa forma vão se apropriando dos espaços, dando-lhes novas destinações e transformando os usos.

O Centro antigo, bem como a maioria das outras cidades brasileiras, na primeira metade do século XIX, não possuía energia elétrica, água encanada nem rede de esgotos. Somente durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912) houveram intervenções significativas nessas áreas. Embora cada cidade seja única e seu desenvolvimento obedeça a razões particulares, o crescimento das maiores capitais brasileiras, entre elas a do Espírito Santo, estava na década de 10 condicionado a uma mesma perspectiva, a modernidade. Bittencourt argumenta que o governo de Jerônimo Monteiro não era diferente.

Ao assumir a presidência do governo estadual, Monteiro argumentara que havia um movimento geral do progresso no país do qual o Espírito Santo ainda não participava e, por isso, decidira intervir diretamente na economia global. Para isso celebra inúmeros contratos para construção de fábricas e obras públicas. (1987, p.127)

Em Vitória o governador instalou serviços de iluminação elétrica, abastecimento de água e esgoto. Monteiro ainda abriu estradas, fomentou a produção agrícola, estimulou a produção bovina, fez uma reforma administrativa e fundou o Arquivo Público e o Banco Hipotecário e Agrícola do ES. (TALLON, 1999, p.97) Além disso, promoveu reformas urbanas nas ruas que abrigavam importantes áreas comerciais como na Rua 1º de março, Rua da Capixaba, Praça Costa Pereira, entre outras. As transformações tecnológicas do final do século XIX e início do XX marcaram significativamente as mudanças dos hábitos da sociedade contemporânea. O automóvel e os bondes elétricos foram consagrados como veículos de transporte urbano, enquanto a expansão da imprensa, da indústria fonográfica e da produção cinematográfica começava a configurar a cultura brasileira como cultura de massa. Sobre esse fenômeno Ribeiro salienta que na expansão da energia elétrica está a expansão dos produtos proporcionados pela modernidade:

(...). A ciência e criatividade também foram utilizadas em auxílio da vida pessoal com uma infinidade de utensílios e aparelhos como a máquina de lavar roupas, o telefone e o automóvel que poupavam esforços e aumentavam o conforto humano, ao menos dos que podiam adquiri-los. É nesse contexto histórico que chegou a eletricidade no Brasil. Ela veio para substituir a iluminação à base de peixe, de óleo de mamona, de querosene e de gás que eram utilizados de uma forma geral, e alterar o modo de vida urbano e a economia agro exportadora no alvorecer da Primeira República (1890-1930) no Brasil. (2003, p.22)

Na continuada busca para modernizar a cidade, na década de 20 as ruas do Centro foram alargadas, drenadas e pavimentadas. Em 1924, o governador Florentino Avidos construiu a ponte ligando Vitória ao continente, que hoje leva o seu nome, inaugurou o teatro Carlos Gomes, construiu o hospital da Ilha da Pólvora e abriu estradas. Na década de 30 a população tinha a cidade como palco de festejos e contava com praças, teatros, jardins e suas salas cinematográficas.

O fim da República Velha e a ascensão de Getúlio Vargas deram lugar ao Interventor Federal João Punaro Bley, que ocupou o cargo por três mandatos consecutivos: 1930-1934 1935-1937 e 1938-1943. Punaro Bley cuidou da iluminação, pavimentação e arborização da cidade. Construiu os hospitais dos servidores e o infantil, o sanatório Getúlio Vargas e o asilo dos velhos. Tentou diversificar a economia capixaba, estimulando a cultura do cacau, do feijão, do milho e da mandioca. Estimulou o desenvolvimento da pecuária e criou a escola Prática da Agricultura de

Santa Tereza. Criou ainda o Instituto de Crédito Agrícola do ES, do qual resultaria o Banestes, e reaparelhou o porto de Vitória. (TALLON, 1999, p.36).

No período entre 1937 e 1945, quando a capital foi governada por Américo Monjardim, as áreas do “arrabalde” de Praia Comprida, Praia do Suá e Santa Lúcia eram consideradas urbana pela municipalidade. Ao mesmo tempo em que a “povoação de Goiabeiras”, apesar de muito próxima destas, era considerada suburbana, e Camburi, junto ao mar, era ainda tida por zona rural (RIBEIRO, 2003, p.78). Considere se este parágrafo é realmente necessário.

Em 1950 é eleito Jones dos Santos Neves, com uma visão voltada para um projeto modernizador para o estado, tendo concebido o Plano de Valorização Econômica, baseado no trinômio saneamento, produção e transporte. Fundou a Universidade Federal do Espírito Santo, construiu as usinas hidrelétricas de rio Bonito e Suíça, criou a Espírito Santo Centrais Elétricas (Escelsa) e criou ainda, o Instituto do Bem Estar Social (Ibes), e seu conjunto habitacional em Vila Velha.

Para Ribeiro (2006, p.24), o projeto modernizador de Jones dos Santos Neves teve como resultado ainda:

...a finalização da construção do porto de Vitória, a modernização do centro e a abertura da Avenida Beira-Mar que coincidiram com o aumento da circulação dos automóveis e com a oferta maciça de produtos de consumo duráveis como o rádio, a geladeira, o ferro de passar, o aspirador de pó, a máquina de lavar roupas, a radiola e tantos outros aparelhos e produtos da modernidade que desembarcavam no cais para se apresentar à curiosa população nas vitrines das casas comerciais.

Os anos 50 apresentaram-se como uma década transformadora da economia capixaba, quando começou uma fase de transição de cidade pré-industrial para industrial, ampliando-se o porto de Vitória, e a produção de energia elétrica pela criação da Escelsa, e aumentaram os investimentos na produção industrial e transporte, no primeiro período de governo de Jones dos Santos Neves (1951-1954). Mas o primeiro mandato do governador Lacerda de Aguiar, “o Chiquinho” como era conhecido, foi marcado pelo atraso de sete meses no pagamento do funcionalismo estadual, no fim de do mandato. Em 1960, o Espírito Santo atingia a população de 1.169.553 habitantes, sendo que destes 31,64% no meio rural e 68,36% no meio urbano. (TALLON, 1999, p.125)

Os anos 60 foram marcados por transições políticas e econômicas. No Espírito Santo, em 1959, Carlos Monteiro Lindenberg assumia seu segundo mandato como governador. Lindenberg buscou estabilizar a economia estadual e colocar em dia o pagamento do funcionalismo público. Para o pleito de 1962 foi eleito para o segundo mandato Francisco Lacerda de Aguiar. Entretanto, o seu governo foi interrompido pelo golpe militar de 1964. Para não ser cassado, “Chiquinho” renunciou. O primeiro governador nomeado pela ditadura foi Christiano Dias Lopes Filho, que assumiu em 1967 e iria enfrentar os efeitos da política de erradicação dos cafezais do governo Federal.

No que diz respeito às atividades que marcaram a economia capixaba ao longo das décadas sob discussão aqui, dos meados do século XIX até a década de 60, podemos dizer que esta, direta ou indiretamente, dependia da produção cafeeira e seus reflexos. O Espírito Santo de 1900 era um estado com 209.783 habitantes (Censo de 1890) e muito submissa ao mundo rural, em particular a atividade cafeeira.

A queda do preço do café nos meados da década de 60, devido à superprodução, ocasionou uma grave crise no setor que afetou diretamente a economia capixaba. Para contornar a situação o Governo Federal determinou que erradicassem milhões de pés de café (primeira fase em 1961/62 e a segunda fase em 1966/67). Proporcionalmente ao número de pés de café plantados, o Espírito Santo foi a unidade da Federação que mais erradicou cafezais.

O programa atingiu todas as áreas produtoras do país, mas algumas tiveram proporcionalmente um número maior de pés erradicado. No estado foram erradicados 53,8% do cafezal, que ocupava 71% da área total cultivada com café. (ROCHA e MORANDI, 1991, p.52).

O preço da saca de café passou de US\$ 16,18 em 1945 para US\$ 58,34 em 1950, provocando um novo aumento na produção. O número de pés cresceu em 25% entre 1950 e 1960, e as áreas cultivadas ampliaram em 35%. Estima-se que 75% dos estabelecimentos rurais tinham em café seu principal produto. A participação da atividade cafeeira correspondia, em 1960, por cerca de 80% dos empregos do setor agrícola, que por sua vez empregava 68% da população economicamente ativa (ROCHA e MORANDI, 1991, p. 21).

Nos meados da década de 60 a crise do café associado à queda do preço no mercado e pelos programas de erradicação geraram profundas mudanças, sendo que a consequência mais visível foi uma significativa expulsão da população do meio rural gerando uma explosiva taxa de urbanização na região metropolitana, como mostra a tabela abaixo:

Tabela População do ES em relação meio urbano-rural (%)

ANO	URBANO	RURAL
1950	22,63	77,37
1960	31,64	68,36
1970	45,16	54,58
1980	63,91	36,09
1991	74,01	25,99

Fonte: Moraes, 1999

Para Siqueira (2001, p.93), o Espírito Santo talvez tenha sido o estado que mais se desestruturou com o programa de erradicação. O governo federal buscou como forma de compensar o estado uma política de recuperação econômica conhecida como os “grandes projetos industriais”, o que acabou contribuindo para o processo de expansão da malha urbana na região metropolitana.

A partir de meados da década de 70, tem início uma nova etapa do processo econômico no estado, quando se concretizam as decisões de se implantarem grandes indústrias no estado. Os efeitos dessas mudanças atingiram diretamente o nível de crescimento da urbanização da região metropolitana da Grande Vitória. A mão-de-obra desalojada do campo vai ser aproveitada na implantação das indústrias e será assim atraída para a área urbana.

A construção de uma enorme siderúrgica, cuja produção começou em 1984, e do maior porto da América Latina atraiu muita gente pra cidade. Pessoas [migravam] pra Vitória, muitas vezes por terem ouvido falar de possibilidades de emprego, em especial na atividade de construção, mas logo [descobriram] que as obras [estavam] todas concluídas ou paralisadas, (...). (BANCK, 1998, p.159)

Para SIQUEIRA (2001, p. 93), o processo de industrialização além de redefinir o espaço urbano acelerou o fluxo migratório aumentando rapidamente o número de trabalhadores, raramente

com competências de alto nível, que vieram para cidade em busca de trabalho. A região não possuía infra-estrutura – escolas, serviços públicos, moradia -- para receber o grande fluxo migratório que se apresentou formando um elevado contingente de mão-de-obra pouco qualificada.

Assim, seja devido à crise da produção cafeeira que levou contingentes de capixabas da zona rural para a região metropolitana da Grande Vitória, seja pela expansão comercial verificadas nas áreas urbanas ou pela incorporação das áreas suburbanas pela valorização imobiliária, os dados populacionais do período apresentam crescimento na casa dos 117%, entre 1920 e 1960, que envolviam as cidades de Vitória, Vila Velha, Cariacica e Viana.

Em suma, o primeiro momento em que a política de erradicação do café afetou a economia capixaba redundou em grave crise social, que não foi amenizada com a retomada da produção da cafeicultura, e representou uma redução dos empregos agrícola e significativo fluxo migratório da população rural para a área urbana, em particular para a região metropolitana. (ROCHA e MARCONDI, 1991, p. 60).

É nesse cenário de transformações políticas, urbanas e sociais que se desenvolveu o parque exibidor cinematográfico capixaba. Dessa forma, houve uma peculiar alteração na relação das salas de cinema com o urbano. Não apenas por fatores intrínsecos ao mercado cinematográfico, mas também em função das transformações urbanas, como por exemplo, a migração do mercado imobiliário para outras áreas da cidade como a Enseada do Suá e a Praia do Canto. Ou ainda pela migração para os shoppings da função do cinema como espaço de entretenimento e a modificação, na década de 70, pela industrialização cultural que buscou se a espetacularização cultural. As “diversões” agora ganham seu formato mais dominante, o do entretenimento, o da forma de lazer como alienação, como momento de venda de uma cultura dominante de consumo, da transformação da cultura como marca.

Nos primórdios do cinema no estado, entre 1896 e 1907, a exibição era ambulante com apresentações esporádicas em lugares públicos como cafés, quermesses e parques de diversão. Em 1896, foi inaugurado o Teatro Melpômene, no antigo Largo da Conceição, atualmente Praça Costa Pereira, no Centro de Vitória. Este teatro foi o primeiro, de acordo com os mais antigos arquivos disponíveis, a equipar-se da máquina dos irmãos Lumière no Espírito Santo. Segundo a imprensa local o teatro possuía iluminação própria, era todo em madeira, com 800 lugares e possuía camarotes, poltronas e cadeiras para a platéia. Também, como foi a prática na época, o teatro utilizava uma orquestra para dar o som aos filmes mudos, em 7 de agosto de 1901, o *Jornal Commercio do Espírito Santo*, publicou uma breve nota sobre o maquinário que estreava em nosso estado:

Biographo Lumière – No theatro Melpomene realizou-se hontem com excellente êxito, em presença dos representantes da imprensa e vários outros cavalheiros a experiência do Biographo² Lumière, que justificou a nomeada com que vem acompanhado das mais importantes cidades da América do Sul. Acreditamos que o público victoriense acudirá em massa ao nosso theatro, para apreciar um dos mais curiosos inventos que appareceram com as mais modernas applicações da photographia e da electricidade. Podemos assegurar que o Biographo Lumière é digno de attenção da sociedade d’esta Capital.

² O aparelho Lumière foi trabalhado por demais inventores que procuraram adaptar o aparelho. Surgiram assim as mais diversas denominações: mimioscópio, cinetógrafo, cronofotografoscópio, aerialgrafoscópio, shadografoscópio, bioscópio, omniographo, etc

Contudo, a manutenção de um teatro naquela época apresentava inúmeras dificuldades.

As dificuldades de se manter um teatro eram muitas, dentre as dificuldades que as empresas tinham para se estabelecer estavam os maquinários precários e em constante evolução; o fornecimento deficiente e muitas vezes a falta de iluminação pública; e a carência de público principalmente devido à concorrência com as casas de jogos, próximas aos teatros e com público cativo. Até mesmo as ameaças e as pestes, como a peste bubônica, acabavam por prejudicar as diversões. Nos cinemas, eram frequentes os incêndios que partiam da cabine de projeção, onde os operadores distraíam-se e as fitas enrolavam, pegavam fogo. (ARAÚJO, 1981, p.219)

Para Fernando Tatagiba (1988, p. 31), o primeiro cinematógrafo que se tem registro em Vitória foi o Édén Cinema, da companhia Camões e Mayo, inaugurado em 13 de janeiro de 1907. No jornal Official saiu a seguinte nota:

No Édén Parque - No meio de significativa concurrencia, realizou seno sabbado ultimo, naquelle excellente ponto de diversão, a estrêa do cynematographo dos Srs. Camões e Mayo.

Alem de vários quadros animados, foram reproduzidas diversas vistas fixas e photographias de alguns illustres personagens; e dentre ellas, nos offereceu o Sr. Victor de Mayo, não só a effige do Exmo. Sr. Coronel Henrique Coutinho, digníssimo Presidente de Estado, como também a do ilustre homem publico o Exmo. Sr. Coronel Augusto Camon, recebendo-os com applausos os circumstantes que, calorosamente proromperam em entusiastica salva de palmas à effige do inesquecível Marechal Floriano Peixoto.

Foram também reproduzidas as fachadas do estabelecimento *Pan Americano*, de propriedade do Sr. Rufino Azevedo e da *Casa Wellisch*.

O aparelho dos Srs. Camões e Mayo, podemos dizer que é um dos melhores que tem vindo a esta capital.

Hoje haverá nova função na qual será exhibido um programa inteiramente novo e de quadros animados.(Jornal Official, 15/01/1907)

O local era todo de madeira e coberto de folha de zinco com capacidade para 150 pessoas. No local funcionava o parque, inaugurado em 1905, que contava com jardim, bar e bilhar. Os locais eram modestos, barracões improvisados, geralmente de madeira. Mobilizou no primeiro momento um público, cujo acesso era estimulado pelo baixo preço da entrada. No lugar do antigo Édén Parque foi inaugurado em 1932, com o filme Tenente Sedutor, o cine Glória, pertencente à empresa Santo e Cia., com capacidade para 1.500 lugares.

O Édén Parque possuía algumas atrações para seus clientes, que podiam beber, jogar, e ouvir um piano, pequenas orquestras tocando óperas ou valsas e algumas vezes cinematógrafos. Era também ponto de encontro para discutir política, negócios ou apenas para conversar, freqüentado principalmente por homens. Seus freqüentadores não eram vistos com bons olhos, pois muitas vezes os jogos realizados eram proibidos, de acordo com os costumes da época, e considerados jogos de azar, como por exemplo, os jogos com dados.

Em 1921, onde hoje se encontra as Casas Pernambucanas, na atual Avenida Jerônimo Monteiro, surgiu o Cine Central. Era considerado o que tinha a melhor orquestra da cidade e tinha uma capacidade para 600 pessoas. Apresentou filmes como “os Dez Mandamentos”, “Sangue e arcia”, “os Miseráveis”, entre outros. A matéria no jornal acerca da inauguração do cine central mostrava o entusiasmo por esse tipo de entretenimento na cidade. “Inaugurou-se finalmente, a nova casa de diversões Cine-Theatro Central, acontecimento que todo o Publico de Victoria esperava com justificativa ânsia”, e na mesma matéria mostrava a associação da modernidade

com as salas de projeção, “veio demonstrar que já somos uma capital e que já era presente a necessidade de termos uma casa como aquela” (Diário da Manhã, 10 de maio de 1921, p.3)

Surgem então as primeiras salas de cinema, propriamente ditas. O Politeama, por exemplo, foi inaugurado em 21 de outubro de 1926, na Avenida República, num barracão de zinco localizado no Parque Moscoso e era dividido em duas partes: a geral custava seiscentos réis e a cadeira custava mil e duzentos réis. Afirmam antigos frequentadores que os meninos vibravam com os seriados e os filmes de faroestes. As sessões de domingo eram especialmente para as crianças. E às segundas-feiras, o cinema era tomado por soldados e empregadas domésticas, já que o quartel ficava próximo do quartel.



Decoração festiva no 4º centenário do povoamento do solo espírito saltense. Vê-se a direita o barracão do antigo Cine Politeama inaugurado em 1926, onde anos depois iria funcionar o Santa Cecília. Avenida República, 1935. Foto: Acervo coleções Especiais/BCUFES

O Politeama possuía algumas características, no verão (o telhado era de zinco) fazia um calor insurportável, o público enfrentava uma verdadeira sauna. A projeção naquela época era bastante falha e muitas vezes a fita se partia no meio da sessão gerando uma grande algazarra entre a criançada. Quando chovia o barulho batendo no telhado de zinco atrapalhava a sonoridade da exibição do filme.

Antigos espectadores relatam também que se alguém se levantasse para ir ao banheiro, quando voltava não mais encontrava seu lugar vazio. A sessão “colosso” era a alegria da cidade, Era frequentada por estudantes, operários, empregadas domésticas, prostitutas. A fila, para comprar o ingresso se alongava por toda a avenida. “Uma sirene estridente instalada na entrada do cinema gerava uma grande vibração a toda a redondeza”. (TATAGIBA, 1988, p.36)

Apesar da importância para a economia, Vitória tinha características bucólicas de uma cidade pequena, era ainda uma cidade que as pessoas se conheciam pelo nome. A julgar pela fala de Nilton Pimenta que conta sobre Vitória da época: "Vitória era muito pequenininha, e gostosa. Todo mundo se conhecia. Todo mundo praticava esporte. Era esporte, cinema mudo e às vezes um circo que vinha. Eram as diversões". (PIMENTA, Nilton. 2001. Apud Ribeiro, 2003)

Durante a exibição de um filme, em 1924, no Teatro Melpômene ocorreu um princípio de incêndio que causou um imenso tumulto e deixou dezenas de pessoas feridas. O jornal a “Folha do Povo” (9 de outubro de 1924) apresentava a seguinte manchete “O incêndio de ontem no Theatro Melpomene - vários mortos e grande numero de feridos”, com duras críticas ao teatro

que logo depois foi demolido, deixando somente sua estrutura que mais tarde seria aproveitada pelo arquiteto italiano André Carloni para a construção do Teatro Carlos Gomes, na mesma praça.

Apesar da repercussão apresentada pela imprensa o incêndio não alcançou proporções maiores, sendo apenas um princípio de incêndio comum em maquinários da época devido ao contato do nitrato do filme com a luz do projetor. De toda forma a retirada do público foi tumultuada e na reportagem foram registrados dois mortos, contudo, na chamada da matéria destacava “vários mortos e grande números de ferido”, apesar de durante de o texto afirmarem que:



(...) podemos afirmar ao publico que, felizmente, são só dois, os mortos de ontem. São eles: Radagazio Monteiro, com cerca de 22 anos de idade, filho do Manoel Monteiro e Elvira Monteiro, de cor preta, vestido de calça preta remendada e paletot branco, estanto em camisa; e Manoel Nunes, de côr branca, com 16 annos presumíveis, filho de Jose Nunes, vestindo calça e paletot branco e camisa escura, listada de preto. (A Folha do Povo, 09/10/1924)

No livro “história do Teatro Capixaba”, de Oscar Gama Filho (1981, p.133), o autor alerta que o episódio foi exacerbado pelo interesse de André Carloni para construção de um novo teatro no local próximo e que não houve um incêndio de grandes proporções, ao contrário, o mesmo restringiu-se apenas a cabine de exibição. A historiadora Maria Stella de Novaes (1970, p.407), em seu livro “História do Espírito Santo”, sobre o episódio relata que:

Célere correu esta notícia, a 8 de outubro de 1924, à noite. Espalhou-se o terror em todos os recantos da cidade, e, perante os boatos sempre exagerados, nessas ocasiões, o número de vitimas crescia... Entretanto, o incêndio, que se afigurava de proporções enormes, limitou-se à cabine e...à imaginação da assistência impressionada pela estrutura do prédio! Mas, numa casa de madeira, o grito de ‘Fogo’, durante a exibição de um filme, Ordens secretas, ocasionou o pânico. Ansiosos da saída simultânea, pelos condutores estreitos, espectadores atiravam-se da torrinha e dos camarotes à platéia, senhoras gritavam, gente havia sufocada pela aglomeração, etc. A tremenda confusão levou muitas pessoas quebradas e machucadas para a Santa Casa, embora o menor prejuízo fosse justamente o resultante do fogo.

Logo após o incêndio, mesmo sem ter sido destruído, o Melpômene foi vendido a André Carloni que aproveitou a estrutura do mesmo na construção do Teatro Carlos Gomes, na mesma praça.

A construção do Teatro Carlos Gomes foi iniciada em 1925, com projeto do proprietário André Carloni que comprou as colunas de ferro fundido que pertenciam ao antigo Melpômene e aproveitado para sustentáculos dos camarotes do novo teatro.A inauguração deu-se a 5 de janeiro de 1927 como o filme “que farias com Um Milhão”. A 10 de novembro de 1929, a Empresa Santos assinou contrato de arrendamento com o proprietário para ali instalar o cinema

falado, que começou em 20 de dezembro de 1929. Em 1933, André Carloni vendeu o teatro ao governo, a quem pertence até hoje. (TATAGIBA, 1988, p.38)

Assim, em termos urbanísticos, pode-se dizer que as décadas de 40 e 50 representam um alargamento do espaço urbano. O cinema acompanhou este alargamento no interior e arredores da capital do estado. Ir ao cinema era uma atividade habitual, quase familiar. Os cinemas nos bairros eram salas geralmente menos badaladas que as do Centro, mas não necessariamente menores, com ingresso mais barato. Alguns bairros tinham algumas salas que eram referências locais. Estas salas apresentavam-se como indicadores importantes da centralidade construída no bairro, principalmente nos centros dos municípios que viriam compor a região metropolitana da Grande Vitória.

Na década de 50, a região da Grande Vitória contava 11 cinemas. A Empresa Santos S.A., de propriedade de Danilo Cerqueira Lima, a mais antiga do estado tinha o monopólio das salas desde a época do Teatro Melpômene. Sob a sua administração passaram, além do Melpomêne, o cine Central, o Politeama e o Teatro Carlos Gomes, e por fim o cine Teatro Glória e o Santa Cecília. A abertura de outras empresas propiciou a oferta dos serviços e da concorrência entre os exibidores. Uma nota do jornal mostra a opinião da crítica da época:

O comércio cinematográfico, de um tempo pra cá, aumentou consideravelmente, proporcionando ao nosso público maior campo para a escolha dos filmes. O monopólio mantido há tantos anos pela Empresa Santo e Cia., foi afinal quebrada pela entrada de novos exibidores que além de novas casas de exibições, trouxeram-nos também as novidades apresentadas pela indústria cinematográfica. Logo que os novos salões estiverem em funcionamento poderemos contar com 13 cinemas em nosso centro comercial e adjacências ou sejam CINE SÃO LUIZ, TRYANON, VITÓRIA, CARLOS GOMES, GLÓRIA, CAPIXABA, SANTA CECÍLIA, IMPERIAL (Paul), AMERICAN e CONTINENTAL (Vila Velha) e HUGOLÂNDIA (Jardim América) e o cinema do Sr. Dionísio Abaurre [Jandaia], além do salão dos Pavenianos em Santo Antônio. (A Gazeta, 28/06/1955)

Os filmes de lançamento davam preferência as Empresa Santos S.A, e a empresa de Cinema Vitória Ltda., de propriedade de Edgar Rocha que tinha sociedade com Luiz Severiano Ribeiro e administrava os cines Vitória, Trianon, Capixaba, São Luiz. Em 1955, Dionísio Abaurre entra no mercado exibidor e funda a Empresa Dionysio Abaurre Com.ltda. administrando salas como os cines Jandaia, Juparanã, De Lurdes, Dom Marcos em Vila Velha e o Colorado em Campo Grande. Ao lado desses três existia também a ATERAC – Empresa de Cinemas Ltda, a qual pertenceram os cines Aterac no Ibes, o American na Glória, Jaraguá, em Aribiri, o Hollywood, Ouro Verde e o Hugolândia, em Jardim América. Podemos dizer que esses quatro grupos eram as principais empresas do parque exibidor cinematográficos no estado entre 1950 e 1990, quando os proprietários buscaram outras atividades, como veremos no capítulo 3.

O Dionísio Abaurre teve dificuldades em quebrar o monopólio da distribuição no mercado local, já que as Empresa Santos S.Ade Edgar Rocha, e a Cinema Vitória Ltda., de Danilo Cerqueira Lima, detinham contrato de preferência das distribuidoras no estado. A própria imprensa local tratava do assunto, se bem que de forma indireta, apresentando o monopólio dos filmes como um motivo de entrave no surgimento de novas salas. Na inauguração da primeira sala de exibição de propriedade de Dionísio Abaurre foi publicada a seguinte nota na imprensa local:

CINE JANDAIA O público capixaba será presenteado dentro de mais alguns dias com uma nova casa de diversões. Trata-se do cine Jandaia, de propriedade do Sr. Dionísio Abaurre, conhecido comerciante de nossa cidade, e que resolveu também aderir ao ramo de negócios cinematográficos. O novo exibidor de há muito tinha projetos de fazer movimentar a sua casa exibidora, e se não fez há mais tempo foi devido à questão de concorrência e dificuldades na obtenção de filmes [grifo nosso]. (A Gazeta, 20/07/1955)



O cinema estreou com o filme **O GRANDE SULLIVAN**, em 22 de julho de 1955. Sala de propriedade da Empresa Dionysio Abaurre Com.ltda. Foto do acervo da família Abaurre

Sobre esse fenômeno cabe lembrar que as distribuidoras norte-americanas, ao se instalarem no Brasil, trouxeram uma nova técnica de distribuição comercial dos filmes. Conhecido, como linha de exibição, que consistia em um determinado filme, ou seja, o filme “X” de uma determinada distribuidora, devia seguir por uma linha de salas de exibição, sempre lançado com exclusividade numa única sala. Normalmente esta sala era aquela com os ingressos mais caro, seguindo depois para aquelas com os ingressos mais baratos. Geopoliticamente, a linha de exibição obedecia à direção centro-periferia, capital-interior e assim por diante. (GATTI, 1999, p.53).

Sobre essa situação, o ex-proprietário Marcelo Abaurre conta que:

Os lançamentos dos filmes eram feitos somente pelo grupo Severiano Ribeiro (Edgar Rocha e empresa Santos), os grandes lançamentos da Metro-Goldwyn-Mayer. Enquanto isso o nosso cinema Jandaia só poderia exibir filmes reprise, isto é, filmes que já haviam sido exibidos, isso em função da pressão exercida junto às companhias exibidoras. Mais tarde acabamos fazendo uma sociedade com Edgar Rocha e Luiz Severiano Ribeiro, o que nos permitiu a exibição de lançamentos em cinema de nossa propriedade como por exemplo Juparanã, Cine Paz, etc.

Em 1949 surgiu o Cine Trianon, no bairro de Jucutuquara. No ano seguinte foi inaugurado o cine Vitória, na Avenida Jerônimo Monteiro, que foi o primeiro cinema a oferecer sessões a partir das 15 horas e, aos domingos e feriados, a partir das 13 horas. Ficou conhecido popularmente como “Vitorinha” e com o tempo acabou por ser uma opção para os que gostavam de faroeste e filme de artes marciais.

Finalmente, ontem, foi a nossa cidade presenteada com mais um centro de distrações para o seu distinto público. (...). Ao ato inaugural, que contou com a presença do exmo.sr. Governador do Estado e outras autoridades civis e militares compareceu a fina flor capixaba, constituindo-se assim num magnífico espetáculo. (A Gazeta, 06/10/1950)

José Tatagiba, frequentador do Vitorinha, conta sobre práticas comuns na porta da sala que, por ter o faroeste na programação atraía as crianças que viam no caubói o herói das telas de cinema. Nesta sala era comum, aos domingos, as crianças se concentrarem na porta da sala para trocarem revistinhas.

Eu quando era pequeno, eu e os meus irmãos, a gente ia para a porta do Vitorinha ficar trocando revista, revista de faroeste. A gente ficava trocando revista antes do filme e depois assistia à sessão. Quando o filme acabava ia para casa ficar lendo aquelas revistas isso era mania geral de toda a criançada da época. A gente limpava os quintais das casas só pra conseguir dinheiro para ir ao Vitorinha.

Cabe ressaltar que nessa época as pessoas residentes nos bairros do entorno do Centro, mesmo onde havia cinema, preferiam ir às salas do Centro, porque além de assistir ao filme aproveitavam para passear – andar pelas calçadas, ver as vitrines, frequentar os parques e praças, sentar para conversar sobre a política. Ir ao cinema completava estas programações. Nos finais de semana os cinemas ficavam lotados, isso porque a opção de lazer era escassa, não existia uma vida noturna até as altas horas como é hoje e o transporte era precário.

O mapeamento das salas de cinema de Vitória mostra que será nesse momento que a região começa a receber um novo padrão de salas de cinemas que farão do Centro a Cinelândia Capixaba. Suas salas eram diferenciadas, eram lançadoras, com desenhos arquitetônicos específicos e concentravam os avanços tecnológicos. O Centro vai abrigar as salas temáticas e os palácios cinematográficos com 600, 800 e até 1.200 lugares. O público capixaba festejava os momentos de inauguração das salas, de lançamento de filmes e mudanças em relação a novas tecnologias, como por exemplo, a chegada de maiores telas, de máquinas importadas, entre outros.

As vestimentas e hábitos dos usuários também se alteram. Quem ia a um cinema nas salas lançadoras de filmes, vestia-se como quem vai a um evento social da maior importância. Com a especialização das salas, os espectadores dirigiam-se ao cinema e não ao filme – iam assistir a um tipo de filme e não a uma determinada película. Era palco das grandes estréias. As inaugurações transformam-se em grandes acontecimentos sociais. As inovações de projeto do edifício, refinamentos de detalhes e inaugurações grandiosas acompanhavam o processo de modernização e sofisticação da imagem cinematográfica e do público que ia ao cinema, uma atividade antes tido como lazer popular.

Em 1951, foi inaugurado o cine São Luiz, com grandes festividades e que contou com a presença de autoridades locais, de Luiz Severiano Ribeiro Júnior (sócio do proprietário Edgar Rocha) e representantes das áreas culturais e artísticos.

Foto do Cine Delurdes: Inauguração, em 15 de março de 1957 no bairro homônimo. Com a presença do governador cortando a fita inaugural. Acervo Família Abaurre.



Apesar de haver a predominância do filme americano junto ao público, as produções nacionais tinham uma forte aceitação pelo público brasileiro, e conseqüentemente, do capixaba. As produções da Atlântida e posteriormente da Vera Cruz vão ser de destaque ao grande público. Isso se torna evidente com o lançamento do Cine São Luiz ter sido com um filme nacional e com a presença de astros na premier. Um concurso realizado pelo jornal A Gazeta, no ano de 1955, intitulado “os melhores do público capixaba” aponta a preferência do público capixaba para o cinema nacional, mas já havia a predominância da preferência pelo filme americano.

OS MELHORES DO PUBLICO CAPIXABA

Resultado final do concurso

O MELHOR FILME NACIONAL

- 1º) O Cangaceiro com 73 votos
- 2º) Sinhá Moça com 35 votos
- 3º) Mãos sangrentas com 30 votos
- 4º) Pecado de Nina com 12 votos
- 5º) (Empatados) O Ébrio e Aviso aos Navegantes com 8 votos
- 6º) (Empatados) Matar ou correr e Sinfonia Amazônica com 7 votos
- 7º) (Empatados) Rua sem Sol e Caiçara com 5 votos
- 8º) A sombra da outra com 4 votos
- 9º) (Empatados) O Petróleo é nosso, Guerra ao samba, Aves sem ninho e Maior que Ódio.
- 10º) (Empatados) Vendaval Maravilhoso, Mão, A outra face do homem, e É fogo na Roupa, com 2 votos

O MELHOR FILME ESTRANGEIRO

- 1º) Os Brutos Também Amam com 44 votos
- 2º) Sublime Obsessão com 39 votos
- 3º) E o Vento Levou com 38 votos
- 4º) Seu Único Pecado com 10 votos
- 5º) O Maior Espetáculo da Terra com 8 votos
- 6º) Filhos de ninguém com setes votos
- 7º) Sansão e Danila com 6 votos
- 8º) Luzes da Ribalta com 5 votos
- 9º) Brinquedo proibido com 4 votos
- 10º) (empatados) A ponte de Waterloo, Milagre em Milão, A Carta, O Salário do Medo com 3 votos.

A NACIONALIDADE MAIS VOTADA

- 1º) Americana com 86 votos
 - 2º) Brasileira com 58 votos
 - 3º) Italiana com 33 votos
 - 4º) Francesa com 21 fotos
 - 5º) Mexicana com 18 votos
 - 6º) Inglesa com 8 votos
 - 7º) Sueca com 2 votos
 - 8º) (empatados) Alemã e japonesa com 1 voto
- (A GAZETA, 13/07/1955, p.2)

Ainda na década de 50, uma das salas considerada um palácio cinematográfico da cidade de Vitória foi o Cine Santa Cecília. No período considerado de ouro do cinema no Espírito Santo, este cinema foi inaugurado pela empresa Santo, de Cerqueira Lima, em 21 de setembro de 1955. O Cine Santa Cecília era o maior do estado, com capacidade de 1.453 lugares e situa-se no Parque Moscoso, na Avenida República, junto ao Parque Moscoso, onde antes funcionava o cine Politeama.

Era considerado um espaço moderno e exigia dos frequentadores o uso de traje social para frequentar o espaço, “com os homens usando terno e as moças devidamente trajadas” (TATAGIBA, 1988, p47). Durante a inauguração foi vinculado um concurso local para quem acertasse a origem do nome do cinema e o prêmio era entrada franca por ano. Oito pessoas acertaram que o nome da sala era uma homenagem a mãe do proprietário. Com lustres na entrada, chão de mármore, equipamentos modernos de projeção e som, frequentar este cinema era uma questão de status.

A sessão inaugural com o filme SETE NOIVAS PARA SETE IRMÃOS foi de grande atração por parte da cidade. Como era comum na época, político e autoridades locais estavam presentes na premier

Ontem, no horário anunciado de 15 horas, deu-se a inauguração da nova sala de projeção da Empresa Santos, Teatro Santa Cecília, situado no local do antigo Politeama. Contando com a presença do Governador Francisco Lacerda de Aguiar e de várias outras autoridades civis e militares de nosso estado, e ainda a imprescindível presença do público, (...) A Gazeta, 22/09/55

Em 1975, com o filme PAPILLON, foi inaugurado o cine Paz, de propriedade de Dionísio Abaurre. Com capacidade para 700 cadeiras e um corredor interno mais amplo do que os outros cinemas, e apresentava cuidados do proprietário no que diz respeito à tecnologia e conforto, quesitos que pela nossa pesquisa influenciava o público na escolha das salas.

A tela é suspensa e a visibilidade é boa em todos os cantos. O sistema de som é bom e as máquinas (novas importadas de Chigaco) tem ótima projeção. O cinema não pretende ser luxuoso –é apenas mais um, mas com algum conforto (a partir das cadeiras) e muita eficiência. (A Gazeta, 25/03/1975)



Situado na Avenida Princesa Isabel, 380, o preço do ingresso era de CR\$ 20,00, sendo que o salário mínimo do mesmo período era de CR\$ 532,80. Foto acervo Família Abaurre.

Um outro investimento cinematográfico do período foi o Drive-In Camburi, construído e fechado em 1976, na Praia de Camburi, na época uma área pouca movimentada ao norte de Vitória. Com capacidade para 396 carros numa área de 15 mil metros quadrados, o Drive-In cobrava CR\$ 10,00 por pessoa e CR\$ 5,00 por estacionamento, contando com serviços de bar. Contudo, era constante a reclamação dos usuários do reflexo dos faróis na tela. Em matéria no Caderno Dois,

do Jornal A Gazeta, os proprietários reclamaram que nas primeiras semanas enfrentaram hostilidade dos distribuidores cariocas na aquisição de filmes da Fox, Roma Filmes e Columbia.



Caderno Dois, Jornal A Gazeta, Domingo 4 de abril de 1976 com a matéria “DRIVE-IN Uma nova diversão noturna”. A matéria apresenta reclamações tanto dos proprietários, como dos frequentadores.

Algumas falas dos frequentadores mostram a insatisfação na qualidade da programação e no serviço prestado pelo cine. Paulo Branco, músico, frequentador do Cine Camburi tinha a seguinte opinião:

- Estou vindo pela primeira vez, cheguei pouco antes de terminar a sessão das dez. Mas acho que a projeção é ruim, devido aos faróis da rua, principalmente nas cenas escuras. A programação não apresenta nada de especial

Realmente, a programação seguia a linha de exibição das distribuidoras, o Cine-Drive Camburi não era um cinema lançador e sim repetidor. Nesse processo jamais conseguiriam um lançamento para o cinema. Além disso, nosso levantamento mostrou que os filmes não eram a sua maior atração.

Tabela número2 – Filme apresentados no Drive-In Camburi de janeiro a junho de 1976

A lontra travessa	01/02/76	Aventura
O casal	01/02/76	Pornochanchada
A grande aventura de Lasie	07/03/76	Aventura
Chacais do oeste	07/03/76	Faroeste
Festival de desenhos	04/04/76	Desenho
Quando voam as cegonhas	04/04/76	Drama
Digby, o maior cão do mundo	02/05/76	Aventura
Quanto mais quente melhor	02/05/76	Comédia
Teatro de sangue	05/06/76	Terror

Fonte: Compilada com dados do Jornal A Gazeta.

Possuir um automóvel era algo considerado um luxo para a década de 70, no Espírito Santo. Pelo censo de 1970 apenas 6,22% dos domicílios eram possuidores de automóveis, chegando ao percentual de 19,75% no censo de 1980, o equivalente a 1 automóvel por domicílio, em média (STUCK, 1999, p.121). O Drive In acabava por atrair pessoas que buscavam o espaço para o namoro, coisa comum nas salas no período:

“Pedro”, 40 anos, carioca (não declarou a profissão):

- Acho que o Drive-In tem uma projeção muito clara, os proprietários deveriam fechar mais o local, tem muita luz por aqui. O Drive-In na Guanabara protege mais a visão. Aqui qualquer pessoa que passa de ônibus lá fora pode ver o filme.

(Com placa 0300, do Rio, “Pedro” – “você não acreditou no nome, bem eu” -, não quis se identificar porque estava acompanhado por uma moça muito mais nova). (A Gazeta, 04/04/1976)

As reclamações do reflexo foram uma constante em todas as falas da reportagem e dos entrevistados. Sobre isso Jairo de Britto, professor de inglês e jornalista, reclamava que “A projeção apresenta problemas, por causa do reflexo dos faróis do carro na tela. Mas os garçons demoravam muito a atender. Apesar dos defeitos, é a única opção de lazer em Vitória. A programação não podia ser melhor.”

Apesar da novidade o empreendimento durou apenas quatro meses, pois os proprietários tentaram vender a idéia a outros exibidores, que com suas salas no Centro não investiram no negócio. Para a época Camburi era descentralizada e “fora de mão” para os moradores da cidade. Além do baixo número de veículo por moradores como foi apontado pelo censo. Um negócio mal calculado que não foi pra frente por questões de particularidades locais.

Na opinião do cineasta capixaba Orlando Bonfim, esse tipo de novidade chegou aqui quando já estava esgotado até mesmo nos EUA, além disso, é da opinião que:

Outra coisa que não deu certo foi a localização, naquela época Camburi era considerado um lugar longe, era pouco habitado, lá era um local que estava no começo e pouca gente morava lá ou simplesmente não ia até lá pra se expor a esse tipo de programa. E tinha uma coisa fundamental que era o hábito estabelecido, quer dizer, a juventude não andava de carro, quem tinha carro era o dono da casa, o jovem não andava de carro, eram raríssimos os jovens que tinha autonomia de sair de carro, pegar o carro com o pai pra sair.

Existiam também os cinemas de bairro na região metropolitana como o Continental e o Dom Marcos em Vila Velha, o Aterac no Ibes, o Jaraguá em Aribiri, o Capixaba em São Torquato, o Hugolândia, o Ouro Verde e o Hollywood em Jardim América, o Colorado em Campo Grande, o Trianon em Jucutuquara. Fora os cineclubes da UFES, cineclubes do DEC, cine clube da Escola Técnica Federal do ES, cineclubes Maré de Santo Antônio, Cine Clube Modelo em Cariacica, Cine Clube Ilha do Mel no SESC do Centro, Cine Clube Bicho da Fruta em Goiabeiras, entre outros.

Apesar de estarem nos centros dos bairros, as salas dos bairros não eram salas lançadoras (inclusive eram chamadas “repetidoras”). Era o Centro de Vitória. A capital, que estava preparado para receber a multidão que comparecia aos lançamentos. É na Cinelândia Capixaba que o cinema era o ator principal, aparecendo não somente em grande quantidade, mas também com diferentes qualidades, tanto das salas como da configuração urbana. De qualquer forma as salas dos bairros eram referências para os moradores que contavam com um cinema em seu bairro e para as cidades do interior, como bem esclarece Santoro:

Mais do que possibilidade de acesso, a abertura de salas nos bairros funcionou, nas décadas de 30 a 50, como uma espécie de símbolo de emancipação dos bairros, da mesma forma podemos dizer que o cinema se espalhou pelas cidades de interior simbolizando os importantes centros regionais, que aos poucos se diferenciavam das cidades

“provincianas” ao mesmo tempo em que se aproximavam da cultura cinematográfica das cidades conectadas com outros centros, mais cosmopolitas. (2007, p.11)

Para Abe (1997, p.49), a partir de 1980 a região da grande Vitória estava dentro de um processo intenso de urbanização da economia da população brasileira, a exemplos de outras cidades de médio porte no Brasil, a Grande Vitória passava por um momento de crescimento, industrialização e “classimedização” da população urbana. Com isso, o comércio também passava por mudanças.

Os modelos de comercialização também teriam que ser, portanto, rompidos. O Shopping Center, enquanto unidade integrada de vendas que reúne uma série de condições de caráter multifuncional, racionaliza os deslocamentos ao reunir num ponto da cidade uma diversidade de atividades, a segurança, e a facilidade de estacionamento, reduzindo-se a distância econômica. (ABE, 1997, p.49)

Para o autor, a disseminação do uso do automóvel coloca o Centro da Cidade em questão, a proximidade entre as diferentes funções do setor terciário deixa de ser necessária, já que o que as aproxima é o automóvel e não a calçada, Enquanto o pequeno comércio tradicional é mais facilmente absorvido pela cidade, o shopping center promove grandes impactos na cidade, no aspecto territorial, e também no social, através do consumo.

Como se poderia prever o crescimento populacional promoveu uma ampliação do perímetro urbano com a criação de novos bairros. Houve também uma alteração significativa na área central da cidade, promovida pelo poder público e investidores privados. A administração pública procurou responder ao crescimento econômico, promovendo a abertura de novos bairros e também fazendo intervenções urbanísticas, preparando a área central para o comércio, serviços e principalmente opções de lazer.

Como observamos nesse capítulo, a região do Centro era um local aonde todos convergiam para as atividades comerciais. Compreendendo atividades econômicas além da exportação e negociação do café como a pesca, lojas de tecidos, bolsas chapéus, comércio de frutas e verduras, tabacaria, carnes, etc., para uma clientela desde os tempos coloniais. Por outro lado, os melhoramentos da iluminação pública e a modelação do arruamento possibilitaram o desfrute da cidade a noite e o incremento das diversões nos espaços da cidade (RIBEIRO, 2006, p.21).

A região metropolitana da Grande Vitória cresceu em ritmo acelerado nas últimas décadas. Nos anos 50 apresentou uma taxa de crescimento de 82%, e duplicou na década de 60 chegando a 358.183 habitantes; duplicou de novo na década seguinte e chegaria a 706.000 habitantes. Segundo o censo de 2005 do IBGE o estado do ES tem atualmente, 3.250.219 habitantes, sendo que a região metropolitana representa 46% da população total do estado e 57% da população urbana, além de produzir 58% da riqueza e consumir 55% da energia elétrica (BANCK, 1998, p. 179).

Os anos 60 marcaram uma profunda mudança na geografia urbana da cidade, além de um crescimento das periferias urbanas de Vitória em decorrência da erradicação capixaba. Nesse capítulo observamos uma forte relação entre as salas e o espaço urbano, principalmente nas décadas de 50 a 70 que se perdeu, que estava baseada em um modo de vida que se modificou e em uma relação com a rua que foi completamente alterada.

O cinema do início, das diversões, ora era o cinema da família, das mágicas e ilusões que agradavam todas as idades; ora era o pornográfico, censurável, cuja família não poderia frequentar. Podemos falar de uma permanência do cinema é a do cinema de diversão, ora renovado pelo mundo do entretenimento, ora impactando pelas mudanças da cidade. E se estamos falando de sociabilidade, estamos falando de cinema. Parafraseando Santoro (2005, p.13), “... as pessoas vivem o encontro no cinema. O cotidiano fica para a televisão”.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:

ABAURRE, Marcelo. Salas de cinema em Vitória. 2006. Entrevista concedida a André Malverdes, Vitória. 22 nov. 2006

ABE, André Tomoyuki. Espaço regional da Grande Vitória. Evolução social, econômica e territorial. 1992. 102 f. (Monografia). Especialização em Estudo ambiental e Urbano, Faculdade de Arquitetura e Urbanização, USP.

_____. **Modernização integrada: metropolização transformações e mudança da área central. Vitória-ES. 1997. 54 f. (Especialização em estruturas Ambientais e Urbanas) , Faculdade de Arquitetura e Urbanização, USP.**

AMANCIO, Tunico. Artes e manhas da Embrafilme: cinema estatal brasileiro em sua época de ouro (1977-1981). Niterói: EdUFF, 2000.

ARAUJO, Vicente de Paula. Salões, Circos e Cinemas de São Paulo. São Paulo: Editora Perspectiva, Coleção Debates, 1981.

BANCK, Geert A. Dilemas e símbolos Estudo sobre a cultura política do Espírito Santo. Vitória: IHGES, 1998.

BITTENCOURT, Ganriel. Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BONFIM, Orlando. Salas de cinema em Vitória. 2004. Entrevista concedida a André Malverdes, Vitória. 12 ago. 2004

CAMPOS JR. Carlos Teieira. A construção da cidade: forma de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Florecultura, 2002.

FREITAS, José Francisco Bernardino. Projeto Centro.com.Vitória. Vitória: EDUFES, 2002

GATTI, André. Exibição. In: RAMOS, Fernão Pessoa, MIRANDA, Luiz Felipe A. de Miranda (orgs). Enciclopédia do Cinema Brasileiro. São Paulo: Ed. Senac, 2000.

LEFÈBVRE, Henri. O pensamento marxista e a cidade. Portugal: Editora Ulisséia,, 1972.

PIMENTA, Nilton. A energia elétrica no ES. 2003. Entrevista concedida a Luiz Cláudio Moisés Ribeiro, Vitória, 10 mar. 2003

RIBEIRO, Luiz Cláudio Moisés. Memória & Luta: 75 anos de história (1931/2006). Vitória: Produz Comunicações, 2006.

_____. **O casamento das elétricas capixabas: um estudo da história da Escelsa Espírito Santo Centrais Elétricas S/A 1951-1968. 218 f. Tese. Niterói: UFF/Pós Graduação em História, 2003.**

ROCHA, Haroldo Côrrea, MORANDI, Ângela Maria. Cafeicultura e grande indústria: a transição do Espírito Santo 1955-1985. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1991.

SANTORO, Paula Freire. A relação da sala de cinema com o espaço urbano em São Paulo: do provinciano ao cosmopolita. Disponível em: <<http://polis.org.br/download/257.pdf>>. Acesso em 02 mar. 2007

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaro. Industrialização e o empobrecimento urbano: o caso da Grande Vitória. Vitória: EDUFES, 2001

TATAGIBA, José. Salas de cinema em Vitória. 2004. Entrevista concedida a André Malverdes, Vitória. 22 jul. 2004

TALLON, Miguel Depes. História do Espírito Santo: ensaio sobre sua formação histórica e econômica. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 1999.

THOMPSON, Paul. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992